

Acordo da dívida tem 90% de adesão

País obtém US\$ 5,2 bilhões dos bancos e garante empréstimos do FMI

CÉSAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciou, ontem, que a adesão dos bancos ao acordo da dívida externa superou todas as expectativas, ultrapassando os 90 por cento do total do empréstimo de 5,2 bilhões de dólares. Ele previu que o contrato final será assinado em setembro e o primeiro desembolso, de 4 bilhões de dólares, será feito em outubro. Restarão 1,2 bilhão de dólares, a serem desembolsados em duas parcelas — a primeira, de 600 milhões de dólares, em dezembro, e a segunda, de igual valor, no primeiro trimestre de 1989. Todos os bancos que aderiram ao acordo até meia noite de sexta-feira fizeram jus a uma comissão de 3/8 de 1%, correspondendo a 0,375 por cento dos 5,2 bilhões de dólares.

O titular da Fazenda anunciou, também, que a primeira parcela do empréstimo stand by do Fundo Monetário Internacional, de 400 a 500 milhões de dólares, poderá ser desembolsada brevemente. A adesão dos bancos a 90 por cento do total do empréstimo de 5,2 bilhões de dólares garante, assegurou, automaticamente o acesso do País ao dinheiro do FMI.

Mailson destacou, ainda, que cerca de 40 bancos fizeram opção pelos bônus de saída, os chamados exibonds. Considerou tal adesão sucesso absoluto, pois ultrapassou todas as expectativas. A Argentina, que lançou essa modalidade no mercado, conseguiu adesão de somente quatro bancos. Os exibonds garantem a saída dos credores da dívida com a vantagem de ter um resgate de 25 anos até o limite de 15 milhões de dólares para cada banco. Eles poderão ser trocados por OTN cambial cujo prazo de resgate é

de até 25 anos, com a vantagem de não pagar imposto de renda. O Governo ainda estuda a possibilidade de permitir a livre negociação dos exibonds no mercado.

A lista dos bancos que aderiram ao acordo, bem como a lista dos 40 bancos que fizeram opção pelos exibonds não foram fornecidas por Mailson da Nóbrega. Ele justificou a não-ivulgação com o argumento de que não seria correto anunciar a lista da adesão antes que os próprios bancos o fizessem. Ao final da entrevista, o ministro revelou-se satisfeito com o fato de que a adesão significativa dos bancos ao acordo da dívida externa desmentiu as notícias veiculadas a partir do exterior dando conta de que o Brasil estava encontrando dificuldades em concluir o acordo com os credores.

A adesão, assegurou, garantirá desembolso mais rápido tanto dos bancos, como do FMI e, também, do Clube de Paris. Apresse dessa forma, destacou, a conclusão da negociação da dívida externa e a normalização das relações do País com o mercado financeiro internacional. O Governo está particularmente interessado na conclusão do acordo com o Clube de Paris, para começar a negociar créditos destinados a aumentar as importações. O alto saldo comercial acumulado nos sete primeiros meses do ano está exercendo significativas pressões inflacionárias e o Governo pretende aumentar as importações para reduzi-las. O acesso aos recursos do Eximbank, que financiarão as importações, dificilmente, no entanto, ocorrerão este ano. O Governo precisa negociar isoladamente com cada país integrante do Clube de Paris para concluir a negociação global. Por isso, é provável que somente no próximo ano estarão disponíveis os recursos dos Eximbanks.

